

1. O trabalho obedece às normas de publicação da Revista (ABNT)? *

Sim

2. O título do artigo informa objetivamente seu conteúdo? *

Sim

3. Seu resumo é claro e conciso? As palavras chaves utilizadas são adequadas? *

Sim

4. O artigo é preciso e objetivo? Não apresenta incorreções de linguagem e tem estilo adequado a seus objetivos? *

Sim

5. O artigo tem boa elaboração, pois esclarece o problema a ser tratado e tem um desenvolvimento coerente com seus objetivos e resultados? *

Sim

6. A metodologia utilizada é propícia? O artigo esclarece suficientemente suas opções metodológicas? *

Sim

7. O artigo apresenta imprecisões ou impropriedades na utilização da base teórica que adota? *

Não

8. O artigo menciona e discute com propriedade os trabalhos de pesquisa da bibliografia pertinentes ao assunto tratado? *

Sim

9. O artigo é inovador em sua área de estudo? Explicita pautas de pesquisa passíveis de desenvolvimento? *

Em parte

10. O artigo contém afirmações falsas ou incorretas sobre fatos, provas, evidências, fontes ou outras informações relevantes? *

Não



11. Sugestão de títulos



12. Sugestões para modificação do resumo e palavras-chaves



13. Sugestões bibliográficas



14. Observações sobre as citações



15. Observações substanciais



16. Comentários adicionais ao autor *

1. O artigo versa sobre tema relevante da Teoria do Direito e do Direito Constitucional, concernente ao controle das omissões estatais e a norma da proporcionalidade. Analisa a dimensão menos explorada da proporcionalidade pela doutrina nacional, qual seja, a proibição do defeito (ou de proteção insuficiente).
2. A pesquisa bibliográfica é bastante rica e contempla um rol extenso de referências nacionais e estrangeiras a respeito do tema, demonstrando qualidade no levantamento bibliográfico.
3. Sob o ponto de vista conceitual e substancial, o artigo se encontra adequado, além de estar bem estruturado em tópicos logicamente relacionados.
4. Por tratar-se de tema de elevada abstração, que fornece aportes teóricos para o controle das omissões estatais com base na proporcionalidade, seria interessante que as formulações teóricas oferecidas no artigo fossem testadas por meio de exemplos práticos. Isso ocorre por meio de uma situação hipotética envolvendo crianças residentes na zona rural e o direito à educação, tratada na página 14 e seguintes. Contudo, seria interessante que o texto trabalhasse com mais exemplos concretos para ilustrar a aplicação prática dos parâmetros teóricos fornecidos no texto (notadamente o teste da proporcionalidade com suas três etapas), se possível casos reais já enfrentados pela jurisprudência. Um exemplo é o caso do Mandado de Injunção 4733, em que o Supremo Tribunal Federal controlou a omissão legislativa relativa ao art. 5º, XLI ("a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais"), considerando desproporcional a inércia do Congresso Nacional em sancionar como crime a prática da homofobia e da transfobia. No julgado, o relator, Min. Luiz Edson Fachin, sustentou que o princípio da proporcionalidade, na modalidade de proibição de proteção insuficiente, é o fundamento pelo qual o STF tem reconhecido que o direito penal é o instrumento adequado para a proteção de bens jurídicos expressamente indicados pelo texto constitucional. O fundamento da proteção deficiente também foi invocado no Parecer da Procuradoria-Geral da República. Assim, sugere-se que o artigo inclua uma análise da argumentação do STF no MI 4733 para verificar se a fundamentação estava adequada e afinada com os aportes teóricos trabalhados no artigo. A inclusão da análise desse caso enriquecerá a pesquisa e demonstrará a sua aplicabilidade prática em matéria de jurisdição constitucional.
5. Uma vez realizada a inclusão sugerida no item 4 deste parecer, considera-se o artigo, ao menos por parte deste parecerista, adequado para publicação.

17. Atribua uma nota de 0 a 10 ao artigo avaliado

 

18. Recomendação final *

O artigo deve ser publicado se incorporar as modificações

